

Itatiba, 7 de fevereiro de 2017

C-CRB-CBH-0120-17

Aos Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí.

Grupo de Trabalho / GT – Empreendimentos

SE ENCO COMITBS PCJ 02/02/2017 13:46 000001352

Assunto: Envio de Esclarecimentos - Parecer Técnico GT-Empreendimentos nº 05/2015 - Prolongamento da Rodovia José Roberto Magalhães Teixeira (SP-083), segmento entre a Rodovia dos Bandeirantes (SP-348) e Rodovia Santos Dumont (SP-075).

Prezado Senhor,

Conforme solicitado pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB, via memória de reunião 04/17/IETR, encaminhamos os esclarecimentos referente ao Parecer Técnico GT-Empreendimentos nº 05/2015, inseridos no âmbito do licenciamento ambiental em andamento junto ao setor de Avaliação de Empreendimentos de Transporte Rodoviário - IETR (Processo 25/16)

Sem mais para o momento, agradecemos a atenção e nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais

Atenciosamente,


CONCESSIONÁRIA ROTA DAS BANDEIRAS S.A

Douglas Longhi


Fábio Souza

1. Considerando que o traçado apresentado em seu trecho de 8,5Km corta 10 cursos d'água, sendo um destes uma captação próxima a 30m da área diretamente afetada (ADA) do empreendimento, recomenda-se o estudo de traçado alternativo que minimize as interferências nos cursos d'água e suas margens

Reitera-se a informação já constante no EIA-RIMA, Capítulo 3. Estudo de Alternativas, Sub Trecho 4: proximidade com Estação de Tratamento de Água (segmento entre a Miguel Melhado/SP-324 e a Santos Dumont/SP-075): Com o deslocamento do traçado para o norte (demonstrado em figura no estudo), o traçado do Prolongamento intercepta porção periférica do bairro Jardim Fernanda II, ainda não consolidado, com baixa ocupação populacional. Em contrapartida, o traçado não intercepta o Rio Capivari-Mirim, preservando este manancial utilizado para o abastecimento público de Indaiatuba.

Já com a possibilidade de lançamento do traçado ao sul da captação (demonstrado em figura no estudo), seriam minimizadas as intervenções sobre a população urbana. Entretanto, haveria elevado impacto sobre o Rio Capivari-Mirim, que seria interceptado em seu meandro que contorna a captação.

Frente aos aspectos considerados, conclui-se que a opção pelo traçado lançado ao norte da captação minimizará os impactos no curso d'água, e consequentemente ao abastecimento público do município de Indaiatuba. Sabe-se, porém, que os impactos sobre a população deverão ser minimizados com a adoção de programas ambientais condizentes com a realidade local, conforme descrito no Capítulo 10 (P.10.2 - Programa de Desapropriação e Relocação da População e Negócios).

2. Incluir estudos de impactos e prevenção quanto à captação do município de Monte Mor, o qual está localizado a jusante do empreendimento, no rio Capivari-Mirim

No EIA-RIMA, o Diagnóstico Ambiental do Meio Físico contemplou o estudo e identificação de todas as captações superficiais para abastecimento público inseridas na Área de Influência Indireta do empreendimento (zonas 28 e 30 de planejamento do PCJ).

Para tal, foi utilizado o banco de dados do DAEE, referente às captações outorgadas como 'abastecimento público'. Sendo que não há registros no banco de dados da ANA de captações superficiais outorgadas na área estudada.

Na ocasião, não foram registradas captações superficiais inseridas na AI pertencentes ao Município de Monte Mor. Informação agora reiterada, com base em consulta atualizada ao banco de dados do DAEE e ANA, onde foi possível constatar que todas as captações para abastecimento público do referido município são realizadas em águas subterrâneas.

3. Apresentar levantamento das captações de água subterrânea e ações mitigadoras e preventivas para potenciais impactos na qualidade e quantidade destas águas, incluindo plano de monitoramento

O levantamento de captações subterrâneas fora contemplado no Diagnóstico Ambiental do Meio Físico do EIA-RIMA (Capítulo 7, item 7.1). Não foi previsto plano de monitoramento.

4. Elaborar mapa de vulnerabilidade natural do aquífero/lençol freático próximo ao empreendimento, nas Áreas Diretamente Afetadas (ADA) e Áreas de Influência Direta (AID)

De acordo com Estudo Hidrogeológico que integrou o EIA-RIMA (anexo 6 daquele estudo), a vulnerabilidade natural do aquífero foi determinada com base na metodologia GOD (Groundwater occurrence, Overall lithology of the unsaturated zone, Depth to the water table), que utiliza uma sequência padronizada de pontuação baseada nas seguintes informações:

- Ocorrência do lençol freático (livre, confinado, semiconfinado).
- Litologia da zona vadosa e camadas confinantes; e
- Profundidade do lençol freático (espessura da zona vadosa).

Desta forma, a vulnerabilidade natural relativa do sistema aquífero freático na área de interesse, considerando a litologia, forma de ocorrência e profundidade do nível de água, é classificada como MÉDIA BAIXA (alcançando pontuação entre 0,32 e 0,40).

Assim, concluiu-se que a baixa vulnerabilidade do sistema aquífero local, associado a baixa disponibilidade e uso do sistema aquífero freático consolida a boa localização do empreendimento em relação aos riscos de impactos ambientais potenciais.

5. Apresentar levantamento das captações superficiais de água de Campinas, Indaiatuba e Monte Mor e ações mitigadoras e preventivas para considerando os potenciais impactos na qualidade e quantidade destas águas;

O levantamento de captações superficiais foi contemplado no Diagnóstico Ambiental do Meio Físico do EIA-RIMA (Capítulo 7, item 7.1), bem como previstas as ações para mitigação dos impactos na qualidade e quantidade das águas – Capítulo 10/Programas e Medidas Ambientais.

6. Apresentar manifestação do Serviço Autônomo de Água e Esgotos de Indaiatuba sobre a implantação do empreendimento, tendo em vista que este se localiza próximo a uma das captações de água bruta daquele município

No momento, demonstra-se que a concessionária submeteu consulta técnica junto ao Serviço Autônomo de Água e Esgotos de Indaiatuba (**Anexo I**). Aguarda-se manifestação.

7. Apresentar um plano emergencial e de contingência quanto ao transporte tráfego de produtos perigosos no empreendimento, nas fases de implantação e operação

Julga-se que a CETESB detém roteiro de elaboração para o plano solicitado. Os estudos serão elaborados para as diferentes etapas do empreendimento – implantação e operação, nas fases de solicitação da Licença de Instalação e Operação, respectivamente.

8. Apresentar plano de gerenciamento de riscos (PGR) para as fases de implantação e operação do empreendimento

Item a anterior.

9. Apresentar a avaliação de área contaminada e sua influência em recursos hídricos, verificando apoio da CETESB, Vigilância Sanitária Municipal e Centro de Vigilância Sanitária Estadual;

Informa-se que o estudo específico será apresentado na etapa de solicitação da Licença de Instalação, ou seja, após definição do traçado e delimitação exata das áreas objeto de intervenção.

10. Complementação aos planos de segurança da água dos municípios de Monte Mor, Indaiatuba e Campinas, definindo as responsabilidades do empreendedor na matriz de risco, no caso de situações emergenciais decorrentes da implantação e operação do empreendimento. Caso os municípios não possuam planos de segurança da água, apresentar matriz de riscos em relação aos mananciais afetados

Informa-se que a concessionária detém PGR-PAE de operação pela CETESB. Quando de sua revisão para incorporação do segmento em análise, serão compatibilizadas as ações que se fizerem necessárias junto aos municípios de Monte Mor, Indaiatuba e Campinas, conforme atendimento ao disposto na Decisão de Diretoria nº 070/2016/C, de 12 de abril 2016, que dispõe sobre o Programa de Gerenciamento de Riscos para Administradores de Rodovias para o Transporte de Produtos Perigosos – PGR Rodovias – no território do Estado de São Paulo.

11. Apresentar projeto para implantação de dispositivos de segurança para contenção de derramamentos de produtos perigosos e drenagem de cargas difusas com dimensionamento das estruturas que leve em conta um período de retorno adequado para as áreas de contribuição em cada seção de controle, em função do nível de segurança recomendado para este tipo de empreendimento, para a proteção dos mananciais de abastecimento público;

Informa-se que o estudo específico será apresentado na etapa de solicitação da Licença de Instalação, ou seja, após elaboração do Projeto de Drenagem.

12. Incluir no quadro 9.4.1-3 "Síntese de quantificação dos impactos potenciais" o impacto potencial IPI.4 "Alteração do risco de contaminação de solo por vazamento de produtos perigosos", durante a implantação do empreendimento (item 2 - construção);

Para essa etapa do empreendimento (implantação), os impactos de contaminação do solo foram tratados no âmbito do IP.1.3. Aumento do risco de contaminação de solo por combustíveis e lubrificantes durante a construção. Não sendo necessária revisão do quadro.

13. Prever no projeto compensações para proprietários rurais envolvidos diretamente na área de implantação do empreendimento, bem como as áreas do entorno, tais como proteção e recuperação de nascentes, áreas de preservação permanente (APPs), práticas conservacionistas dos solos, melhorias de estradas rurais com implantação de bacias de contenção para prevenção de assoreamento das margens, e dos rios contra a poluição difusa;

Quando da etapa de solicitação de autorização para supressão da vegetação e intervenção em APP, os proprietários do entorno serão consultados a respeito da concessão de áreas para a execução de plantios compensatórios na região de inserção do empreendimento.

14. Contribuir para implantar o Programa de Recuperação Ambiental dos imóveis diretamente envolvidos;

A concessionária entende que não se aplica tal orientação, visto que ao programa é de responsabilidade dos proprietários particulares dos imóveis.

15. Prever compensação sobre impactos na circulação de veículos, poluição sonora e atmosférica;

No Capítulo 10 do EIA-RIMA foram definidas tais medidas, no âmbito do PROGRAMA DE CONTROLE AMBIENTAL DAS OBRAS (PCA).

16. Apresentar ao DAEE documentação referente às travessias, conforme portaria DAEE 717/96, com a previsão dos dispositivos de contenção de produtos perigosos e drenagem das faixas de rolamento, quando da ocorrência de chuvas significativas.

Informa-se que o estudo específico será apresentado ao DAEE na etapa de solicitação da Outorga de Uso, ou seja, após elaboração do Projeto de Drenagem.

ANEXOS:

Anexo I – Consulta junto ao Serviço Autônomo de Água e Esgotos de Indaiatuba